



FGV DIREITO SP
FGVLAW

CONVENIADA

Pós-Graduação em Direito Tributário

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU (FGVLAW)



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A Fundação Getulio Vargas (FGV) deu início a suas atividades em 1944 com o objetivo de preparar profissionais bem qualificados para a administração pública e privada do país. Esse objetivo foi ampliado ao longo do tempo, expandindo o foco de atuação da FGV para o campo das ciências sociais.

A atuação marcada pelo pioneirismo e pela inovação levou a FGV a inaugurar, no Brasil, a graduação e a pós-graduação stricto sensu em Administração Pública e de Empresas e a pós-graduação em Economia, Psicologia, Ciências Contábeis e Educação. Além disso, iniciativas como a elaboração do balanço de pagamento, das contas nacionais e dos índices econômicos ajudaram o profissional em busca de formação e o cidadão comum a entender melhor o desempenho econômico e social brasileiro além de contribuir para seu permanente desenvolvimento.

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO – FGV DIREITO SP

O posicionamento do Brasil no rol das potências e lideranças mundiais tem levado à redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do direito e ao surgimento de novas áreas e novos tipos de advocacia, o que torna premente a necessidade de formação de quadros profissionais que sejam, além de altamente qualificados, capazes de atuar em patamares diferenciados.

Para responder às demandas do mercado atual, os alunos da FGV DIREITO SP são preparados para atuar nas esferas públicas e privadas e para dialogar com outros campos do conhecimento, a fim de que possam influenciar positiva e profundamente o cenário jurídico no Brasil e no exterior.

No que concerne à pós-graduação, a FGV DIREITO SP busca aumentar sua inserção substantiva no mercado jurídico, tendo em mente a integração entre o direito e outros campos do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades importantes para o desempenho das atividades profissionais de seus alunos. Seu Programa de Pós-Graduação Lato Sensu diferencia-se por dispor de grupos de pesquisa dedicados à produção de material didático e bibliográfico próprio, a fim de oferecer a seus alunos conteúdo atualizado e em consonância com as premissas da FGV DIREITO SP.

Com tais pressupostos e ações em mente, a FGV DIREITO SP pretende consolidar-se como alternativa ao modelo tradicional de ensino do Direito e manter a postura crítica sempre assumida em relação a esse campo de saber.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - IDE

Criado em 2003, o Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE) tem como objetivo coordenar e gerenciar uma rede de distribuição única para os produtos e serviços educacionais produzidos



pela Fundação Getúlio Vargas, através de suas Escolas e Institutos. O IDE oferece cursos de pós-graduação lato sensu, de aperfeiçoamento e extensão, sejam eles presenciais ou a distância.

O IDE é composto pelo Programa de Educação Continuada FGV Management e sua Rede de Instituições Conveniadas, presentes em mais de 80 cidades brasileiras; pelo Programa de Ensino a Distância FGV Online, que desenvolve cursos por meio de uma nova metodologia de ensino; pelo Programa de Cursos In Company, que oferece a empresas cursos customizados; e pela Central de Qualidade, responsável pela manutenção da qualidade e padrão de excelência FGV, em qualquer lugar do país onde os cursos estejam sendo oferecidos. O Instituto conta ainda com o suporte de dois órgãos: o Conselho Acadêmico e o Comitê Operacional. Com essa estrutura sólida, o IDE vem reforçar, de forma objetiva e consistente, a missão da FGV de levar às mais distantes localidades brasileiras um ensino de qualidade, equivalente ao oferecido em suas Escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com o IDE, a FGV passa a imprimir um maior dinamismo no desenvolvimento e na distribuição de seus produtos e serviços educacionais, presenciais e a distância, sob a responsabilidade acadêmica de suas escolas, seja no âmbito nacional ou internacional. A proposta do IDE é servir como elo entre as escolas e unidades da FGV e o mercado, sendo referência internacional na distribuição de produtos e serviços educacionais inovadores e de alta qualidade.

SOBRE A PÓS EM DIREITO TRIBUTÁRIO

O posicionamento do Brasil no cenário mundial tem levado à redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do direito e ao surgimento de novas áreas e novos tipos de advocacia, o que torna premente a necessidade de formação de quadros profissionais que sejam, além de altamente qualificados, capazes de atuar em patamares diferenciados.

Por isso, a proposta da Pós-Graduação em Direito Tributário julga importante preparar seus alunos para dialogar com outros campos do conhecimento, a fim de que possam influenciar positiva e profundamente o cenário jurídico no Brasil e no exterior. Para tanto, faz-se necessário aumentar sua inserção substantiva no mercado jurídico, tendo em mente o desenvolvimento de habilidades importantes para o desempenho das atividades profissionais de seus alunos.

Com tais pressupostos, a Pós-Graduação em Direito Tributário pretende consolidar-se como alternativa ao modelo tradicional de ensino do direito e manter sempre a postura crítica assumida em relação a esse campo do saber, integrando ao estudo do Direito Tributário a expertise da FGV nas áreas de administração de empresas e economia, mediante uma abordagem multidisciplinar dos diversos aspectos tributários relacionados à atuação das empresas em economias de mercado.

O aluno será convidado a debater não apenas assuntos relativos à interpretação do sistema tributário na Constituição e no Código Tributário Nacional. Atualmente, a prática do direito tributário exige domínio de estrutura normativa vasta e diversificada, aliada ao estudo da jurisprudência administrativa e judicial correspondentes. Para fomentar essa capacidade, o aluno da Pós-Graduação em Direito Tributário é instigado a construir soluções inovadoras, que



considerem os principais setores da economia sujeitos à tributação, ao mesmo tempo em que sejam sensíveis às necessidades do mercado empresarial.

Neste sentido, o curso se volta a complementar a formação do pós-graduando para além da área tributária, capacitando-o a resolver problemas mais amplos e complexos no âmbito da estrutura da tributação, sem deixar de apresentá-los na forma dos debates hoje presentes no cotidiano do profissional que lida com tributos, mas que não estão diretamente relacionados com o tratamento normativo do direito tributário.

Para além do tratamento isolado de conceitos e temas fundamentais do Direito Tributário, o curso propõe a análise de uma perspectiva mais diretamente aplicada ao cotidiano empresarial, preparando o aluno para as diversas demandas do mercado e instrumentalizando-o a prestar uma orientação técnica mais objetiva, realista e dinâmica.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação do aproveitamento do curso será feita por intermédio de provas predominantemente, complementada pela valorização dos aportes escritos e orais feitos pelos alunos, de forma espontânea e/ou dirigida pelos professores.

OBJETIVO GERAL

O objetivo principal da Pós-Graduação em Direito Tributário é favorecer a imersão completa do aluno em questões práticas e atuais que envolvem o direito tributário, oferecendo amplo repertório teórico que lhe proporcione perspectiva integrada da incidência de tributos sobre as mais diversas atividades empresariais a partir de uma visão global, estratégica e preocupada em incrementar capacidades analíticas e argumentativas.

Também é objetivo do curso propiciar ao aluno instrumentos para tomada de decisão que ultrapassem as fronteiras da disciplina tributária e que exercitem a interface com outros saberes jurídicos e não jurídicos, tais como finanças públicas, contabilidade, negociação, direito societário, mercado financeiro e de capitais, direito do trabalho e direito previdenciário.

PÚBLICO ALVO

Bacharéis em direito, contadores, administradores de empresas e profissionais com experiência em direito tributário que tenham interesse em compreender a dinâmica da tributação que atinge a atividade empresarial e, por isso, necessitam de embasamento técnico-jurídico nesta área com vistas à orientação de clientes e tomada de decisões.

**PROGRAMA**

DISCIPLINAS	HORAS-AULA
Finanças públicas e tributação	32
Técnicas de negociação para advogados	32
Contabilidade aplicada do direito	32
Finanças corporativas	32
Fundamentos de direito tributário I: A Constituição na prática dos Tribunais	32
Fundamentos do direito tributário II: O Código Tributário Nacional em debate	32
Tributação sobre o consumo e o comércio exterior	40
Tributação da pessoa jurídica I: PIS, COFINS e outras contribuições sobre a receita	32
Tributação da pessoa jurídica II: IRPJ, CSLL e Super Simples	40
Tributação da pessoa física	32
Compliance tributário	32
Processo administrativo fiscal	32
Processo judicial tributário	32
CARGA HORÁRIA TOTAL	432

DISCIPLINAS **Finanças públicas e tributação (32 horas-aula)**

Tributação e financiamento estatal. Carga tributária e federalismo fiscal no Brasil. Tributação, equidade fiscal, financiamento fiscal e redistribuição de renda. Bases econômicas da tributação (renda, capital, patrimônio e consumo) e modelos de tributação possíveis. Tributação, gasto público e controle da despesa pública. Destinação e controle da receita pública. Cumulatividade. Progressividade e regressividade. Simplicidade e informalidade tributárias e custos de conformidade.

 **Técnicas de negociação para advogados (32 horas-aula)**

Conceito e os sete elementos da negociação. Técnicas e estratégias para negociações integrativas. Técnicas e estratégias para negociações distributivas. Escuta ativa: indagação, paráfrase e reconhecimento. Tensões numa negociação. O peso das emoções nas negociações: compreensão de percepções, os comportamentos irracionais e a importância do autoconhecimento. Negociações multilaterais. Negociação no âmbito jurídico: negociação com outro advogado e com o próprio cliente e negociações difíceis.

IBE - CAMPINAS

(19) 3739-6420 | info@ibe.edu.br | www.ibe.edu.br



Contabilidade Aplicada ao Direito (32 horas-aula)

Estrutura conceitual básica da contabilidade. Elementos contábeis de demonstrações contábeis. Balanço patrimonial. Avaliação e registro dos ativos, passivos e demonstração de mutuação do patrimônio líquido. Demonstração do resultado do exercício. Avaliação e registro de receitas, despesas e custos. CPC 32 e contabilização de tributos. Diferença entre regime de caixa e regime de competência. Demonstração do fluxo de caixa. Análise de demonstrações contábeis.

Finanças corporativas (32 horas-aula)

Introdução às finanças corporativas. Valor do dinheiro no tempo. Geração de fluxo de caixa. Processo de análise das demonstrações financeiras. Risco e retorno. *Capital asset pricing model* (CAPM). Títulos de dívida e custo da dívida. Avaliação de ações e custo de capital do acionista. Custo médio ponderado de capital (WACC). Finanças corporativas: decisões de investimento, de financiamento e de dividendos.

Fundamentos de direito tributário I: a Constituição na prática dos Tribunais (32 horas-aula)

Sistema e princípios tributários. Competência tributária, condicionantes a seu exercício, capacidade tributária ativa e parafiscalidade. Normas gerais em matéria tributária e seu papel na federação. Facultatividade e a renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Espécies tributárias, vinculação, destinação e restituição. Imunidade e isenção tributárias, alíquota zero e não incidência. Imunidade recíproca e a (não) tributação de serviços essenciais e as contradições na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e os livros eletrônicos. Validade, vigência e eficácia das normas tributárias.

Fundamentos de direito tributário II: o Código Tributário Nacional em debate (32 horas-aula)

Incidência e obrigação tributárias. Sujeição passiva, responsabilidade, substituição e diferimento. Análise de casos relevantes de responsabilidade tributária: dos sócios por débitos de pessoas jurídicas, na aquisição de estabelecimentos, nos processos de falência e recuperação judicial. Denúncia espontânea da infração. Crédito e lançamento tributário. Modalidades de lançamento tributário. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Exclusão e extinção do crédito tributário. Decadência do direito de o Fisco lançar. Prescrição na execução e na repetição do indébito tributários e hipóteses de interrupção. Hipóteses de modificação do crédito tributário. Planejamento tributário: elisão versus evasão fiscal.



Tributação sobre o consumo e o comércio exterior (40 horas-aula)

ICMS: competência, materialidade e operações interestaduais. Não cumulatividade. Seletividade e imunidades específicas. ICMS: sujeição passiva e substituição tributária. Cálculo. Conflito horizontal e vertical de competências relativas, choque de materialidades e guerra fiscal. ISS: materialidade e o conceito de serviço. Competência e os conflitos decorrentes. Base de cálculo, preço do serviço e alíquotas. ISS: Sujeito ativo, contribuinte, responsável e cadastros municipais. Natureza da lista de serviços. IPI: competência, materialidade e sujeição passiva. Conflito de competência entre ISS, ICMS e IPI. IPI: não cumulatividade, cálculo e apuração. Seletividade. Tributação sobre o comércio exterior: imposto sobre importação, sobre exportação, ICMS e IPI. ISS na importação e na exportação de serviços. ICMS e IPI Importação. Incentivos à exportação. Tributação aduaneira

Tributação da pessoa jurídica I: PIS, COFINS e outras contribuições sobre a receita (32 horas-aula)

Contribuições na Constituição. PIS, COFINS e CPRB. O conceito de receita. Detalhamento do regime cumulativo e não cumulativo do PIS/COFINS: tributação monofásica e substituição tributária. Discussões jurisprudenciais: ampliação da base de cálculo, alteração de alíquotas, composição da base de cálculo e a inclusão do ICMS. Regime não-cumulativo do PIS e COFINS: Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003. PIS/COFINS: o caso dos insumos. Tributação plurifásica. Apuração de créditos versus cumulatividade. PIS/COFINS: tributação das cooperativas, incidência no comércio exterior, fundo de assistência ao trabalhador rural (Funrural) e outros temas.

Tributação da pessoa jurídica II: IRPJ, CSLL e Super Simples (40 horas-aula)

Imposto de renda na Constituição e no Código Tributário Nacional. Regras específicas para o IRPJ. Contribuintes e responsáveis. Base de cálculo do IRPJ. Formas de apuração do imposto de renda pessoa jurídica: lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado. CSLL: aspectos gerais. Apuração da base de cálculo e o lucro real no IRPJ. Aspectos tributários de reestruturações societárias: ganho de capital, efeitos fiscais do ágio na aquisição de participações societárias. Tratamento tributário das fusões, aquisições e incorporações. Tributação das microempresas e empresas de pequeno porte. LC 123/2006.

Tributação da pessoa física (32 horas-aula)

Tributação da renda: IRPF. Renda: princípios informadores e materialidade. Declaração de ajuste anual. Regimes de tributação. Deduções e isenções. Tabela progressiva de alíquotas. Antecipações pela retenção na fonte. Carnê leão. Malha fina e fiscalização. Ganho de capital. Incidência do imposto de renda sobre as verbas recebidas no curso da prestação de serviços. Contribuição previdenciária sobre folha de pagamento e sobre receita bruta: regras gerais, segurados e salário-de-contribuição, terceiros, cota patronal, desoneração da folha, RAT/FAP.



Contribuições de categoria profissional (sindicais, OAB, CREA, SESI, SENAI etc.). Tributação de sócios e diretores. Planos de stock option. PLR. Planejamento tributário nas relações de trabalho: tributação da PF X tributação da PJ. Estratégias para remuneração de administradores, empregados e colaboradores. Verbas isentas ou sem incidência de contribuição previdenciária. Imunidade de contribuições sociais.

Compliance tributário (32 horas-aula)

Compliance como instrumento de prevenção. Normas e regulamentos internacionais sobre compliance e Lei Anticorrupção (Lei nº. 12.846/14). Principais elementos de um programa de compliance. Compliance tributário: entre as obrigações acessórias e o aumento da eficiência e a diminuição dos riscos para empresa. Evolução da fiscalização e dos processos tributários no Brasil: entre os Fiscos federal, estaduais e municipais. Influência da informatização nos processos de fiscalização tributária. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e sua relação com ECD-SPED contábil. Diretrizes para estruturação de compliance tributário e as práticas adotadas por empresas de auditoria e tributação. Planejamento tributário: elisão versus evasão fiscal. Planejamento tributário internacional e o papel dos paraísos fiscais, tributário e a gestão estratégica da empresa

Processo administrativo fiscal (32 horas-aula)

Processo administrativo tributário na esfera federal. Peculiaridades e disciplina legal. Competência e funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Recursos possíveis e a atuação da Fazenda Pública. Processo administrativo tributário estadual. Peculiaridades e disciplina legal. Competência e funcionamento do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT). Recursos e a atuação da Fazenda Pública Reconhecimento e cassação de imunidades tributárias. Processo de Consulta Fiscal.

Processo judicial tributário (32 horas-aula)

Instrumentalidade do processo tributário diante das funções administrativa e fiscal. A concomitância das vias administrativas e judiciais anulatórias. Cautelaridade fiscal e antecipação de tutela. Mandado de segurança em matéria tributária. Processo, sanções tributárias, execução fiscal e embargos à execução. Exceção de pré-executividade. Prescrição e prescrição intercorrente. Compensação e penhora no contexto do processo tributário. Ação declaratória, ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, ação anulatória de débito fiscal e ação de repetição do indébito fiscal. Recursos em matéria tributária e a concessão de efeito suspensivo. Coisa julgada tributária e ação rescisória para compatibilização jurisprudencial. Judicialização do direito tributário: repercussão geral, súmula vinculante e recursos repetitivos e seus efeitos sobre a exigibilidade do crédito tributário.